

A COOPERAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO NO ÂMBITO DO ENSINO SUPERIOR:

o programa de estudante-convênio e a política externa brasileira para os PALOP

MOJANA VARGAS CORREIA DA SILVA¹

RESUMO

O presente trabalho aborda de forma descritiva e exploratória a política de cooperação para o desenvolvimento implementada pelo governo brasileiro em benefício dos PALOP, enfocando no programa de estudantes-convênio, programa que oferece oportunidades de formação superior para estudantes de origem africana em universidades públicas brasileiras. Do ponto de vista do governo brasileiro, a formação de quadros profissionais de nível superior é uma forma de contribuir para o crescimento da economia e, por consequência, acelerar a melhoria das condições gerais de vida da população dos países recetores. Procuramos fazer uma abordagem inicial desse programa de forma a apontar os avanços e dificuldades apresentadas pelo mesmo na última entre as décadas de 1990 e 2010.

Palavras-chave: Cooperação para o desenvolvimento. PALOP. Política Externa Brasileira. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper reports in a descriptive and exploratory manner the policy of cooperation for development implemented by the Brazilian government in benefit of PALOP countries, focusing on the Student-Agreement Programme, which provides higher education opportunities for African students in Brazilian public. From the point of view of the Brazilian government, the formation of higher education professionals is a way of contributing to economic growth and, consequently, accelerate the improvement of the general living conditions on receiving countries' population. We seek to make an initial approach to this program in order to point out the advances and difficulties it presented in the last decades between 1990 and 2010.

Key-words: Cooperation for development. PALOP. Brazilian Foreign Policy. Development.

INTRODUÇÃO

O Programa de estudante-convênio é uma das ações de cooperação mais antigas realizadas pelo Brasil ainda em andamento. Contudo, apesar da longevidade e da abrangência do referido programa, ainda há poucos estudos sobre seus

1. Doutoranda em Estudos Africanos - Instituto Universitário de Lisboa – CEI – ISCTE/IUL. mojana-vargas@gmail.com

resultados e sobre sua relevância no conjunto das ações de cooperação promovidas pelo governo brasileiro.²

Este trabalho aborda o Programa de estudante-convênio (PEC) como parte integrante das ações brasileiras de cooperação para o desenvolvimento e procura estabelecer sua relação com o conjunto da política externa brasileira. Uma vez que são muitos os países integrantes do programa, optamos por privilegiar o conjunto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), por sua prioridade para a política externa brasileira no contexto africano.

O texto se divide em duas partes: primeiro, uma visão mais geral e descritiva do posicionamento brasileiro no campo da cooperação internacional para o desenvolvimento, com o objetivo de qualificar e contextualizar o PEC. A segunda parte analisa o mesmo a partir de dados obtidos sobre o programa, com o objetivo de criar um quadro mais amplo sobre as condições específicas de funcionamento do mesmo, apontar suas ligações com o desenvolvimento da política externa do Brasil para a região e fazer uma aproximação inicial sobre a colaboração efetiva que vem sendo oferecida pelo governo brasileiro por meio desse programa aos países recetores.

1. A COOPERAÇÃO BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Brasil possui um longo histórico de cooperação internacional (CERVO, 1994) e o governo brasileiro entende a cooperação como uma forma de promover o desenvolvimento por meio do intercâmbio de informações e experiências em variados campos da vida social e econômica dos países que recebem tal tipo de assistência. Dessa forma, espera-se também uma maior proximidade entre o Brasil e seus parceiros (BRASIL, 2007).

Não é objetivo deste trabalho discutir minuciosamente os conceitos de cooperação, ajuda internacional (*aid*, na literatura de língua inglesa), ou ainda ajuda oficial para o desenvolvimento, mas é importante salientar que não se trata de conceitos absolutamente neutros. Cada um deles carrega um conjunto de significados que se reflete na própria relação entre doadores e recetores, relação essa que, em geral, se manifesta por meio da assimetria e da prevalência dos interesses dos doadores sobre os dos recetores (BREUNING, 2002).

2. Ver Desidério (2005), Subuhana (2008); Hirsch (2010).

Para os objetivos deste trabalho, assumiremos o conceito de “cooperação entre países em desenvolvimento”³ (também chamada de cooperação sul-sul), entendida como um mecanismo de promoção do desenvolvimento interno dos países receptores de maneira horizontal, ou seja, sem restrições ou imposições relacionadas às diferenças de poder entre doadores e receptores.

No Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) foi criada em 1987 com o objetivo de “negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais⁴”, uma vez que as ações de cooperação brasileiras são realizadas por meio de diferentes órgãos ligados ao governo federal e aos governos estaduais. No âmbito da ABC, as ações de cooperação em saúde, agricultura, mineração, educação, energia e meio-ambiente fazem parte do conjunto da cooperação técnica para o desenvolvimento, entendida como

Importante instrumento de desenvolvimento, auxiliando um país a promover mudanças estruturais nos seus sistemas produtivos, como forma de superar restrições que tolhem seu natural crescimento. Os programas implementados sob sua égide permitem transferir conhecimentos, experiências de sucesso e sofisticados equipamentos, contribuindo assim para capacitar recursos humanos e fortalecer instituições do país receptor, a possibilitar-lhe salto qualitativo de caráter duradouro.⁵

A cooperação técnica é então apresentada como um elemento de grande importância no contexto da política externa brasileira (CERVO, 1994), como forma de pôr em prática o princípio da *parceria para o desenvolvimento* presente em suas diretrizes, “compartilhando o conhecimento técnico em bases não comerciais e contribuindo assim para a promoção de mais justiça social entre as populações receptoras e estreitando os laços entre o Brasil e seus parceiros”⁶.

2. O PEC-G E A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

O Programa de estudantes-convênio (PEC) é uma das ações adotadas pelo governo brasileiro no contexto da cooperação técnica e é uma das ações de coope-

3. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) define a *cooperação técnica internacional* como uma parceria entre governos de países em desenvolvimento para troca e disseminação de experiências bem-sucedidas para melhoria das condições socioeconômicas dos países envolvidos. Ver <http://www.pnud.org.br/NossosProjetos.aspx> (acesso em 12/06/2014).

4. <http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao> (acesso em 21/05/2014).

5. <http://www.abc.gov.br/CooperacaoTecnica/Conceito> (acesso em 21/05/2014).

6. IDEM.

ração mais antigas que o governo brasileiro mantém em funcionamento. Além disso, trata-se também de uma das ações de cooperação mais importantes do governo brasileiro tanto por sua longevidade (o programa está ativo ininterruptamente há 50 anos), quanto por sua abrangência. Com os países que o integram são atingidas quase todas as regiões consideradas prioritárias para a política externa brasileira: América do Sul, Haiti, América Latina e Caribe, países da África (especialmente os PALOP) e países integrantes da CPLP (em especial, Timor Leste).

No contexto da política externa brasileira, a instituição do PEC coincide com o momento em que o Estado brasileiro procurava elevar o perfil da atuação internacional do país. O início do governo de Jânio Quadros em 1961 e a instituição da Política Externa Independente (PEI) promoveram mudanças, particularmente, no que diz respeito ao continente africano. A PEI se caracterizava por seu conteúdo nacional-desenvolvimentista e por sua abordagem universalista, que buscava aproveitar-se das oportunidades existentes no cenário internacional para a promoção do desenvolvimento interno a despeito de qualquer compromisso ideológico, destacando a oposição entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos em detrimento do discurso majoritário que segmentava o mundo em capitalistas versus socialistas (OLIVEIRA, 2005).

Entre 1964 e 1985, a despeito de revisões pontuais ocorridas no período Castello Branco-Costa e Silva, a política externa brasileira manteve entre suas diretrizes principais a decisão de ampliar sua influência entre os países do então chamado Terceiro Mundo, com atenção especial para o continente africano, que continuou figurando entre as prioridades da ação internacional brasileira, sobretudo no âmbito comercial (CERVO & BUENO, 2002; RODRIGUES, 1964).

Foi nesse período que o governo brasileiro firmou diversos acordos bilaterais com as nações africanas recém independentes, iniciando sua aproximação por meio de países que buscavam um caminho semelhante, tais como Gana, Nigéria e Senegal (visitados pelo Ministro Mário Gibson Barbosa, em 1972) e posteriormente, incluindo as antigas colônias portuguesas, reconhecidas como países independentes já em 1974 pelo governo de Ernesto Geisel.

O rompimento dessa política ocorreu no início dos anos 1990, em que durante os governos Collor e Fernando Henrique, a busca pela diversificação das relações internacionais do país foi redirecionada para a América Latina e o Mercosul e os organismos multilaterais, como a OMC. A diplomacia brasileira tam-

bém fez um grande investimento nas chamadas *parcerias estratégicas*, a exemplo do Fórum IBAS e da CPLP, fazendo com que as relações com o conjunto das nações africanas ficassem resumidas ao âmbito comercial (HIRST & PINHEIRO, 2008). A redução no conjunto de atores e temas prioritários da política externa fez “emergir um viés culturalista que reflete a perda do caráter estratégico da política africana no contexto da atuação internacional brasileira” (SARAIVA, 2002).

Apesar dessa retração, o PEC continuou em andamento, porém, sem que houvessem grandes esforços de ampliação de seu alcance no continente. Um levantamento dos acordos bilaterais da época dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2001) mostra que ao longo do período, apenas 4 acordos de cooperação técnica (na qual o PEC está incluído) foram assinados com nações africanas (África do Sul, Namíbia, Tunísia e Zimbábue) ampliando de 9 para 13 o número de parceiros (MENDONÇA, 2013).

Com o início do governo Lula, houve uma retomada do sentido da política africana que prevaleceu ao longo dos anos 1970 e 1980, em que a aproximação entre as duas regiões passou novamente a ser considerada estratégica para a construção de uma inserção autônoma no cenário internacional (LIMA, 2003). Ao lado das tradicionais visitas diplomáticas (com destaque para a diplomacia presidencial exercida amplamente pelo novo presidente), medidas importantes como a reorganização dos Departamentos de Assuntos Africanos do Itamaraty e a reabertura de representações diplomáticas fechadas durante o governo FHC abriram espaço para a demonstração do novo interesse brasileiro e também para a reciprocidade dos países africanos (RIBEIRO 2009), verificável no crescimento do comércio brasileiro com aquele continente de US\$ 5 bilhões em 2002 para US\$ 20 bilhões em 2007⁷.

Seguindo a essa retomada da atuação na África houve uma ampliação das parcerias brasileiras no campo da cooperação para o desenvolvimento. Ao longo dos dois mandatos do Presidente Lula, 16 novos acordos bilaterais foram assinados, ampliando as parcerias para mais que o dobro das então existentes, permitindo que mais países viessem a integrar o PEC, tanto em sua modalidade de graduação, quanto na de pós-graduação.

7. Secretaria do Comércio Exterior, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil. Disponível em <http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=571>. Acesso em 21/05/2014.

Outra iniciativa importante, especificamente em relação ao Programa, foi a mudança em sua estrutura legal. Até então, o PEC estava baseado em um protocolo assinado entre o Ministério da Educação e o Ministério de Relações Exteriores do Brasil, cuja função era estabelecer procedimentos gerais relativos ao processo de seleção e inserção dos estudantes estrangeiros nas universidades brasileiras. Ao longo do mandato de Lula, a legislação foi revista, culminando na edição do Decreto Presidencial nº 7984 de 13/03/13 (já no governo Dilma Rousseff), o qual, entre outras questões, estabelece a paridade de direitos entre os estudantes beneficiários do Programa e os estudantes brasileiros, em todas as universidades participantes.

Em termos de organização, o Programa de Estudante Convênio possui duas modalidades, uma voltada para a graduação (PEC-G) gerida em parceria pela DCE-MRE e SESU-MEC e outra voltada para a pós-graduação (PEC-PG), em parceria entre a DCE-MRE, CAPES e CNPq. Dadas as limitações deste trabalho, vamos tratar apenas da primeira.

Atualmente, o PEC-G envolve 45 países da África, América Latina (alvo original do programa) e da Ásia (Tailândia, China e Timor Leste, incluídos recentemente), possibilitando que os países integrantes enviem estudantes para cursar a graduação em instituições brasileiras. Seu objetivo expresso é dar oportunidade para a formação de recursos humanos nos mais variados campos profissionais, colaborando assim, para o desenvolvimento interno dos países⁸.

O programa é mantido pelo Ministério de Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais (DCE-MRE) em conjunto com o Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Superior (SESU-MEC), que realizam a seleção dos candidatos e providenciam a alocação dos mesmos nas Instituições de Ensino Superior (IES) participantes. Atualmente, 97 IES públicas e particulares recebem estudantes do PEC, abrangendo todas as regiões do país e oferecendo cursos de graduação nas mais variadas carreiras⁹.

Para o MRE, o PEC-G foi a maneira encontrada pelo governo brasileiro de amparar o número crescente de estudantes de outros países resultante do “incre-

8. Brasil. Decreto nº 7948 de 12/03/2013 – Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm

9. Informações disponíveis no site da Secretaria de Educação Superior (MEC-SESU): http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12276&ativo=531&Itemid=530 (acesso em 22/05/2014).

mento do número de estrangeiros no Brasil, na década de 1960, e das consequências que este fato trouxe para a regulamentação interna de seu *status* no Brasil, a necessidade de unificar as condições do intercâmbio estudantil, e a garantia de tratamento semelhante aos estudantes pelas universidades¹⁰.

Ainda não há levantamentos completos sobre a quantidade de estudantes que passaram pelo programa desde seu início, em 1964, devido à ausência de pesquisas documentais sobre o tema, no momento, os dados disponíveis no MEC remontam até 1990 e informam que cerca de 5903¹¹ estudantes africanos de diversas nacionalidades passaram por universidades brasileiras nesse período (Anexo I). Esses números fizeram que o PEC-G figurasse entre as iniciativas mais significativas no último relatório da ABC sobre a cooperação brasileira para o desenvolvimento (IPEA/ABC, 2010). Contudo, apesar do aparente reconhecimento da importância desse programa nas diversas instâncias do governo brasileiro envolvidas na sua gestão, ainda não há estudos mais abrangentes sobre o seu desenvolvimento.

No levantamento realizado pelo IPEA em conjunto com a ABC (op.cit, 2010), o volume de recursos destinado à concessão de bolsas de estudo para estrangeiros soma R\$ 284,07 milhões (quase 10% do total destinado a todas as ações de cooperação técnica), no período 2005-2009. Contudo, não há uma distinção clara entre a verba específica para o Programa e outras modalidades, o que dificulta avaliar adequadamente a sua importância no âmbito da cooperação brasileira, uma vez que estão agrupadas as verbas para graduação, pós-graduação, atividades diversas de treinamento técnico e aperfeiçoamento profissional, além de custos administrativos.

No mesmo levantamento, os recursos do MEC voltados para este programa chegam a 20% do total gasto com bolsas para estrangeiros (R\$ 57.636.000) no mesmo período. Entretanto, o custo principal aqui é o pagamento das mensalidades dos cursos frequentados pelos estudantes estrangeiros em IES particulares, que recebem o repasse do MEC. A maior parte dos estudantes ingressa nas IES da rede pública federal, dos estados ou dos municípios. Não há repasse direito de

10. DCE-MRE. Histórico do PEC-G. Disponível em <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico.html>

11. Embora o programa seja gerido pelos dois ministérios, verificamos a existência de pequenas discrepâncias existentes nos dados fornecidos para o mesmo período. Os dados do MRE estão disponíveis no link informado acima. Os dados do MEC foram obtidos por meio de consulta à SESu-MEC via Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic). Na impossibilidade de aferir a origem dessas discrepâncias, optamos por utilizar os dados obtidos da SESu-MEC.

verba para os estudantes a título de ajuda de custo, por exemplo. Parte das obrigações dos bolsistas, segundo o Protocolo DCE-MRE/MEC-SESu (e que não foi alterada pelo Decreto nº7948/13), é apresentar garantias de capacidade financeira antes mesmo de apresentar-se para ingresso nas IES brasileiras (SESu, 1999).

No conjunto dos estudantes que ingressaram via PEC-G entre 1990 e 2010, a maioria é oriunda de Cabo Verde, Guiné Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe, respectivamente, como é possível observar no Anexo I. Esses dados refletem a prioridade que vem sendo conferida aos países integrantes dos PALOP, especialmente na última década.

No conjunto dos PALOP, Angola e Moçambique são os participantes mais antigos do Programa¹². Os dois países mantiveram um fluxo constante de estudantes no Programa ao longo do período, embora se observe uma forte oscilação entre 1994-1995 e em 2009 (anexo II) no caso do primeiro e entre 1994-1998 e 2002 e 2005 (anexo III) no caso do segundo. As causas desse movimento não estão claras e podem estar relacionadas a mudanças no processo de seleção realizado pelo MEC e pelo MRE, mas essa resposta depende de mais averiguação.

Cabo Verde responde sozinha por cerca de 39% dos participantes do programa, embora não seja uma das nações mais populosas que participam do mesmo. Os primeiros estudantes cabo-verdianos a ingressarem nas IES brasileiras via PEC-G chegaram ao país em 2001 e desde então, este tem sido o maior contingente individual todos os anos, apesar da redução ocorrida de 2009 para 2010 (anexo IV), ainda não é possível saber se reflete uma mudança no processo de seleção ou uma queda da demanda.

Guiné Bissau também iniciou sua participação no PEC nos anos 2000, com o envio de 88 estudantes em 2001. Em 2007 há uma queda abrupta no número de ingressantes (de 159 para 19) seguida da retomada do patamar anterior (anexo V). Acreditamos que tal situação esteja relacionada à constante instabilidade social e política em Guiné Bissau no período, por conta da qual, a CPLP e o governo brasileiro publicaram diversas notas e resoluções que apontavam sua preocupação com a instabilidade do país¹³.

12. O governo brasileiro assinou acordos bilaterais de cooperação cultural com os governos de Angola e Moçambique em 1980 e 1981, respectivamente. Ver http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1980/b_51 e http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1989/b_25

13. Ministério de Relações Exteriores do Brasil. Nota nº 387/2003. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2003/09/14/situacao-na-republica-da-guine-bissau/?searchterm=guin%C3%A9%20bissau>

O caso de São Tomé e Príncipe é curioso, pois entre 1990 e 2010, há um fluxo reduzido de estudantes oriundos desse país – com momentos em que inclusive nenhum estudante santomense foi selecionado – porém, entre 2004 e 2006 há uma oscilação grande no número de estudantes com o pico de 147 ingressantes em 2005, sem que se possa determinar claramente a razão disso.

Embora a grande maioria dos participantes do PEC-G venha dos PALOP, alguns países não-lusófonos se destacam com contingentes significativos: Rep. Dem. do Congo, Nigéria, Gabão, Quênia e Gana. Não nos aprofundaremos na avaliação desses casos por fugirem ao escopo deste trabalho, mas acreditamos que eles nos fornecem alguns parâmetros interessantes para reflexão.

Esses países se diferenciam dos demais por contar com uma estrutura universitária mais numerosa e diversificada. Por exemplo, Gana possui 13 universidades públicas, 10 institutos politécnicos, escolas de comércio, enfermagem, educação e numerosas instituições particulares, totalizando 138 instituições de ensino superior¹⁴. Já Angola, conta com apenas 38 IES, das quais 18 são privados (CARVALHO, 2012). Fatores históricos como as diferentes práticas dos colonizadores (o ensino superior foi instituído em Angola no ano de 1962, já em meio à guerra de independência), a consolidação recente de seus respectivos Estados e a insuficiência de instituições de ensino superior que atendam às necessidades nacionais podem ser adicionados.

Outras correlações poderiam ser estabelecidas a partir dos dados que foram disponibilizados pela SESu-MEC, mas há algumas ausências nessas informações que precisam ser ressaltadas:

a) O número de vagas: anualmente o governo brasileiro publica um edital que normatiza o processo seletivo para o PEC-G. Contudo, o número de vagas é estabelecido *a posteriori*, de acordo com a indicação das IES participantes.

b) A relação das carreiras: assim como o quantitativo de vagas, os cursos disponíveis também são definidos após a publicação do edital.

c) O número de formados: a SESu-MEC não dispõe de um levantamento sobre os estudantes que concluíram seus cursos. Essa é uma lacuna importante, pois vincula-se diretamente a um dos objetivos centrais do programa: formar quadros de nível superior para contribuir para o desenvolvimento dos países retores.

14. National Accreditation Board. www.nab.gov.gh

d) O número de profissionais que retornaram a seus países: nenhum dos ministérios envolvidos no programa é capaz de informar quantos estudantes formados no Brasil pelo programa PEC-G retornaram aos seus países. Assim como no item anterior, essa informação é crucial para avaliar a eficácia do programa e requer uma pesquisa mais específica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infelizmente ainda não há trabalhos que procurem relacionar o PEC ao conjunto da política externa brasileira seja no âmbito africano, latino-americano ou asiático. Neste trabalho procuramos apresentar uma série histórica dos ingressantes do programa para que se possa ter uma visão mais clara sobre o seu alcance, porém, ainda é necessário um levantamento muito mais extenso para que seja possível saber se o programa é bem-sucedido ou não no seu objetivo principal de formar quadros de nível superior para outros países em desenvolvimento.

Uma segunda questão surgida dessa pesquisa, mas que não pôde ser discutida neste texto, é sobre o significado mais profundo das ações de cooperação. Pode-se considerar que o PEC funcione como um tipo de veículo promotor do *soft power*¹⁵ brasileiro? Historicamente, já foi verificada a influência do processo educacional na formação das lideranças políticas que fizeram as independências na América e na África (APPIAH, 1997). No caso de homens como Kwame N’Kruma e Simon Bolívar, a educação europeia foi um elemento importante para moldar seus projetos de construção nacional, daí surgir a questão sobre a possibilidade de se analisar o PEC-G sob essa ótica.

O PEC-G pode ser avaliado por um viés estritamente burocrático, a partir das declarações expressas nos documentos do MRE sobre seus objetivos. Algumas passagens soam ingênuas, ao destacar efusivamente o caráter desinteressado das ações brasileiras de cooperação. Entretanto, consideramos que, na pior das hipóteses, tais ações promovem o prestígio brasileiro junto a um grupo que forma ou formará a elite intelectual e, potencialmente, também, política dos países recetores.

Este trabalho foi uma tentativa de contribuir para o debate sobre esse aspecto. Por meio de sua descrição, espera-se suscitar questões que provoquem um maior aprofundamento do estudo, seu significado, sucessos e equívocos.

15. Joseph Nye (2004) define o *soft power* (poder brando) como a capacidade de fazer com que os outros queiram os resultados que você espera obter.

REFERÊNCIAS

APPIAH, K. A. (1997). *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto Editorial.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. (2007). *Agência brasileira de cooperação*. Via ABC. Publicações da Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em <<http://www.abc.gov.br/documentos/viaABC-ds.pdf>>.

_____. Ministério de Relações Exteriores. Divisão de Temas Educacionais & Secretaria Da Educação Superior.(2014). *Manual do programa de estudante convênio de graduação*. Brasília. Disponível em <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/docs/Manual_do_Estudante-Convenio.pdf>.

BUENO, C.; CERVO, A. (2002). *História da política exterior do Brasil*. 2 ed. Brasília: UNB.

BREUNING, M. (2002). “Foreign Aid, Development Assistance, or Development Cooperation: What’s in a Name?” *International Politics*, v. 39, n. 3, p. 369-377.

CARVALHO, P. (2012). “Evolução e crescimento do ensino superior em Angola”. *Revista angolana de sociologia*,n.9, p. 51-58.

DESIDÉRIO, E.(2005). “Migração e políticas de cooperação: fluxos entre Brasil e África”. *Anais do IV Encontro Nacional sobre Migração*. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/4EncNacSobreMigracao/SCI-3.pdf>>.

HIRSCH, O. (2010). “Impacto da formação e cooperação ao nível do ensino superior nas dinâmicas africanas contemporâneas”. *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos (CIEA)*. Lisboa.

HIRST, M. & PINHEIRO, L. (2008). “A política externa do Brasil em dois tempos”. *Revista brasileira de política internacional*, n. 38, v. 1, p. 5-23.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada & Agência Brasileira de Cooperação. (2010). *Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional 2005-2009*. Brasília: IPEA/ABC.

MENDONÇA, W. (2013). *Política externa e cooperação técnica: as relações do Brasil com a África durante os FHC e Lula da Silva*. Belo Horizonte: D’Plácido Editora.

GANA. Ministério da Educação. (2009). “Accredited Tertiary Institutions. National Accreditation Board”. Disponível em <http://www.nab.gov.gh/index.php?option=com_content&view=section&layout=blog&id=10&Itemid=159>

NYE, J. (2004). *Soft power: the means to success in world politics*. New York: Public Affairs.

OLIVEIRA, H. A. (2005). *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva.

SARAIVA, J.F.S. (2002). “Política exterior do Governo Lula: o desafio africano”. *Revista brasileira de política internacional*, n. 45. v. 2, p. 5-25.

SUBUHANA, C. (2008). “O estudante convênio: a experiência sociocultural de universitários da África Lusófona em São Paulo, Brasil”. *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro.